

O RETORNO AO BÁSICO COMO COMPREENSÃO DA EVOLUÇÃO: O PLURALISMO DA CONTABILIDADE É SINGULAR

NAZARETH, Luiz Gustavo Camarano

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)
Programa de Pós Graduação em Administração da
Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP.
luizgustavo@ufs.edu.br

PADOVEZE, Clóvis Luís

Programa de Pós Graduação em Administração da
Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP.
cpadoveze@yahoo.com.br

PRADO, Eduardo Vieira do

Faculdade Santa Lúcia
Programa de Pós Graduação em Administração da
Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP
eduardo.prado.ad@gmail.com

BERTASSI, André Luis

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)
Programa de Pós Graduação em Administração da
Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP.
andrebertassi@gmail.com

RESUMO

Alguns autores já empreendem a difícil tarefa de falar do avanço da teoria da contabilidade. No entanto, a mutação mercadológica e a competitividade no novo ambiente dinamizaram e diversificaram a informação contábil, dificultando a identificação e separação, nas teorias, do que é útil e o que é supérfluo para o objetivo que se deseja alcançar, dando margem para críticos e oportunistas. Objetivou-se com este

trabalho apresentar visões dicotômicas sobre as demonstrações contábeis e as questões que a permeiam, a fim de compreender e contribuir com a evolução dos conceitos e da normatização aderentes as elas, sem, contudo, alimentar visões alienadas da teoria existente, tendenciosas e/ou distorcidas do mundo real que cerca a área contábil. Para atender a este problema, a metodologia aplicada trata-se de um ensaio teórico. Esta incursão teórico-crítica permitiu reconhecer a necessidade de um retorno ao básico da ciência contábil, ressaltando os julgamentos que contribuíram para a sua evolução. Argumentou-se que o valor contábil, evidenciado nos demonstrativos, é fundamental porque permite demonstrar o retorno do investimento considerando os custos de aquisição. Já o valor de mercado é necessário porque mostra os ganhos adicionais patrimoniais além do lucro contábil. Nesta ótica, é indispensável evidenciar, também, o valor econômico nos demonstrativos contábeis, porque mostra a capacidade de geração de lucro do empreendimento. Admitiu-se que os instrumentos normativos balizadores da ciência contábil necessitam de ajustes para atender a dinâmica do mercado, assim como seus usuários necessitam conhecer melhor a integridade, vantagens e particularidades da contabilidade e dos seus demonstrativos.

PALAVRAS-CHAVE: *Contabilidade; Valor Contábil; Valor de Mercado; Valor Econômico.*

INTRODUÇÃO

O crescimento econômico do país é produto de um *mix* de elementos em que se destaca a habilidade de associar fatores de produção (recursos naturais, capital humano, capital físico e tecnologia) e utilizá-los de forma cada vez mais eficiente e dinâmica. Neste sentido surgem teorias contemporâneas a fim de identificar e contribuir com variáveis determinantes de um crescimento sustentável.

A mutação mercadológica impõe um grau de urgência para a adaptação das estruturas econômicas, sob a constante ameaça de significativas e definitivas perdas das mínimas condições de competitividade. Este cenário dinamiza e diversifica a informação contábil, dificultando a identificação e separação, nas teorias, do que é útil e o que é supérfluo para o objetivo que

se deseja alcançar, dando margem para críticos e oportunistas.

Alguns autores já empreendem a difícil tarefa de falar do real avanço da teoria da contabilidade. Iudícibus e Martins (2015), Glover (2014), Martins (2014) são apenas alguns exemplos de autores que se debruçaram, durante os últimos anos, nos estudos da teoria e da prática contábil e apresentaram críticas importantes sobre a aparente inversão de papéis entre pesquisadores positivistas e normatizadores, reguladores, legalistas da contabilidade. Na mesma linha, Zeff (2014) complementa os estudos de Glover (2014). Macve (2014, p.27) também encontra-se entre estes pesquisadores e seus estudos apontam as perspectivas contrastantes de países principalmente do Reino Unido e do resto da Europa, as principais utilidades dos relatórios para usuários externos, os “mitos institucionais racionais” que sustentam o papel da contabilidade, e finaliza que a contabilidade deve aproveitar da interdisciplinaridade com o objetivo de obter melhores regras, normas (grifos nossos).

Importantes reflexões críticas aos modelos contábeis vieram de Kaplan e Cooper (1998), Turney e Anderson (1989) e Peavey (1990). As mudanças no ambiente competitivo, nos anos 80, trouxeram como obrigação um reexame dos sistemas tradicionais de Contabilidade, de Custos e de controles gerenciais (KAPLAN; COOPER, 1998). Na mesma linha, Turney e Anderson (1989) destacam que, em muitas companhias, a função contábil tem falhado por não se adaptar a um novo ambiente competitivo.

Para Peavey (1990), há claramente uma deficiência dos tradicionais modelos e informações contábeis, devido à revolução atual no ambiente de produção. Para o autor, tais modelos foram formulados para uma época que não mais existe; faz-se necessária a adoção de novas propostas e modelos.

Contudo, alguns economistas, administradores e pesquisadores como Hopp e Leite (1988), Stewart III *et al.* (2005), Leite e Sanvicente (1990), têm distorcido a essência da contabilidade não somente em termos metodológicos, mas, fundamentalmente, em relação aos seus aspectos ideológicos e conceituais. Estes tem proferido frases como:

- “A liturgia da contabilidade sempre produziu, aos menos avisados, uma falsa sensação de segurança e conforto. A elegância algébrica do perfeito empate entre os totais do ativo e passivo, [...] os nomes sofisticados com que as contas são batizadas...” (HOPP; LEITE, 1988, p.56).
- “Queime os livros contábeis” (STEWART III *et al.* 2005, p.49);
- “Os contadores também tomam sedativos” (STEWART III *et al.* 2005, p.47);
- “O balanço patrimonial é uma peça contábil extremamente frágil para os

propósitos da análise e diagnóstico financeiros” (LEITE; SANVICENTE, 1990, p.19).

Colocações tem o propósito velado de apresentar e legitimar modelos conceituais que buscam libertar o leitor da “tirania dos modelos contábeis” (STEWART III *et al.* 2005, p.225).

É importante compreender que boa parte das críticas já contribuíram para um pequeno avanço. As normas internacionais atinentes ao Balanço Patrimonial, a partir da Lei 11.638/2007, propiciaram grande avanço para a ciência.

Para Iudícibus e Martins (2015, p.8), a “dialética e os questionamentos deveriam ser obrigatórios na vida acadêmica, em virtude das visões distintas de mundo e da liberdade de pensamento”. Nesse sentido destacamos que apesar do tom pejorativo imbuído na expressão “Tirania” proferida por Stewart, o termo é aplicável, pois quer queira ou não queira, “o capitalismo não poderia ter florescido sem duas novas atividades que haviam sido desnecessárias, enquanto o futuro fora uma questão do acaso ou vontade divina. A primeira foi a contabilidade...” (BERNSTEIN, 1997, P.22). Democracia, contabilidade e capitalismo são tirânicos mesmo, não há o que discordar. Bernstein (1997) deixa nítido a relevância do método das partidas dobradas e ainda o compara ao surgimento da máquina a vapor, considerada o marco da revolução industrial.

Objetivou-se com este ensaio apresentar visões dicotômicas sobre a Teoria aplicada às Demonstrações Contábeis e às questões que a permeiam, a fim de compreender e contribuir com a evolução dos conceitos e da normatização aderentes as elas, sem, contudo, alimentar visões teóricas alienadas, tendenciosas e/ou distorcidas do universo contábil real. Para tanto, realizou-se uma incursão teórico-crítica no assunto a fim de reconhecer os julgamentos que contribuíram para a evolução necessária da ciência aplicada aos Demonstrativos, e concomitantemente efetuou-se um retorno ao básico da literatura a fim de verificar se as críticas identificadas são pertinentes, se serão convergências mantidas, e onde é possível continuar evoluindo.

2. METODOLOGIA

Um ensaio teórico se difere dos métodos tradicionais da ciência pois a sua forma é menos importante que as reflexões apresentadas por ele. Exige uma relação permanente entre o sujeito e o objeto e os ensaístas deverão ser capazes de avaliar a compreensão da realidade de formas alternativas (MENEGETTI, 2011).

Tendo em vista as constatações e premissas, vistas até aqui, as situações problema deste ensaio podem ser gravadas das seguintes formas: Os Demonstrativos contábeis atendem aos anseios dos seus usuários? O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício estão contribuindo de forma relevante no propósito de subsidiar o processo de tomada de decisão e avaliação de empresa?

Considerando a necessidade de compreensão das questões descritas, foram apresentados questionamentos de críticos que nos remetem à reflexão sobre materialização da informação contábil, bem como das Demonstrações.

Tem-se como objetivo analisar esta lacuna, sem pretensão de esgotá-la. A contribuição deste ensaio está em tornar ainda mais evidentes pontos da ciência que ainda precisam ser melhorados. Acreditando nas premissas de que: A contabilidade é pluralista pois advém de um conjunto de ideias, pensamentos heterogêneos, ciências autônomas, porém interdependentes, ou seja, a sua multiplicidade mantém uma concatenação; A contabilidade nasceu para a gestão econômica; Tudo no mundo dos negócios é gestão e a empresa vale a sua gestão (PADOVEZE, 2015). Os textos básicos de controladoria, apresentados por Padoveze (2015), inspiraram as reflexões aqui trazidas e o título deste ensaio. “Que ninguém me acuse de não ter dito nenhuma novidade [...] A disposição do assunto é nova. Quando jogamos tênis, ambos usamos a mesma bola, mas um de nós a coloca melhor” (BERNSTEIN, 1997, p.66).

Assim, este contexto motivou a realização deste estudo. Primeiramente, foi realizada a pesquisa da bibliografia apresentada, na qual foram destacados aspectos que demonstram a importância da ciência e outros que parecem distorcerem o universo contábil. Em paralelo, traçou-se a visão dos autores sobre estes temas (interação sujeito e objeto de pesquisa), no intuito de endereçar os aspectos que necessitam ser repensados em prol do desenvolvimento da ciência contábil, preservando os conceituais basilares. Desta forma, a seguir apresentam-se as reflexões teóricas. Acredita-se que as provocações teóricas que serão apresentadas poderão tornar inteligíveis temas até então contraditórios, repensados ou complexos.

3. BALANÇO DINÂMICO: REVISITANDO AS ORIGENS

Para Fayol (1994, p.25), a contabilidade “constitui o órgão de visão das empresas. Deve revelar, a qualquer momento, a posição e o rumo do negócio. Deve dar informações exatas, claras e precisas sobre a situação da empresa”.

Para Padoveze (2013, p.1), “as duas informações mais importantes produzidas pela contabilidade para uma empresa em condições normais de operação são o valor do lucro anual e o valor da empresa”. “O valor da empresa decorre dos produtos e serviços e sua capacidade de gerar lucros” (PADOVEZE, 2015).

Nesse sentido, Damodaran (1999) destaca que apesar da velocidade das transformações tecnológicas, econômicas, políticas e sociais atuais, a busca pelo aumento do valor das empresas tem sido um dos principais objetivos das organizações. Complementa que o objetivo primário na tomada de decisão deve ser a maximização do valor da empresa.

As críticas à contabilidade, apresentadas por Kaplan e Cooper (1998), Turney e Anderson (1989), Peavey (1990), Johnson e Kaplan (1987), Hopp e Leite (1988) Leite e Sanvicente (1990), e Stewart III *et al.* (2005) foram fundamentadas nas demandas trazidas pela globalização no ambiente organizacional, e culminaram em afirmativas que condenam e fragilizam a relevância do Balanço Patrimonial enquanto peça contábil, com o propósito de auxiliar nas decisões.

Valores, filosofias, princípios e conquistas científicas se modificam durante os processos de configuração das sociedades, é natural! Contudo, para compreender as situações práticas da vida é importante revisitar nossas origens.

[...] A base conceitual ainda prevalecente nos princípios e normas contábeis é o custo como base de valor. Exceto em algumas situações bem definidas: instrumentos financeiros para negociação ou venda; ativos biológicos; propriedades para investimento. O valor justo ou valor de mercado só é utilizado para reduzir o valor dos ativos, estoques, imobilizados, investimentos. [...] (PADOVEZE, 2013, p.1).

Desta maneira, é preciso reconhecer que os conceitos de mensuração a valor de mercado não são aplicados regularmente para todos os ativos da empresa. Pois, em linhas gerais, a contabilidade financeira apresenta o valor da empresa, fundamentalmente, pelo custo (PADOVEZE, 2013, p.1).

Revisitando as origens, no ano de 1920, na Alemanha, o Professor Schmalenbach, da Universidade de Colônia, em seu livro *Grundlagen Dynamischer Bilanzlehre*, direcionou sua atenção para a Teoria da Contabilidade Financeira quando abordou a Teoria do Balanço Dinâmico (PIGATTO; LISBOA, 1999, p.6). “Trata-se do balanço como expressão do valor transitório e momentâneo de capitais, que se transformam incessantemente

em receitas e despesas financeiras. As operações são examinadas sob duplo aspecto: econômico e financeiro” (HERMANN JUNIOR, 1996, p.125).

Boa parte do empresariado brasileiro não tem essa visão de valor. Logo, sempre prevalece, em termos de valor de alguma coisa, o valor de mercado. O empresário comum não pensa que um imóvel seu, adquirido, digamos por \$ 200.000, mas que tenha um valor hoje de mercado de \$500.000, deve constar no seu conjunto de riquezas pelo valor pago. Assim, o conceito de valor é o valor de hoje, o valor de mercado, o valor presente. Afinal, neste contexto, qualquer pessoa ou empresário diria que seu imóvel vale \$ 500.000, não importando para ele o quanto pagou, mas o quanto vale (PADOVEZE, 2013).

Para Padoveze (2013), é importante que a contabilidade apresente um Balanço Patrimonial a valor de mercado, mensurando todos os elementos patrimoniais individualmente, também a preços de mercado. Tal modelagem contribuiria para melhorar o propósito de subsidiar o processo de tomada de decisão e avaliação da empresa, concomitantemente eliminando parte das críticas feitas aos demonstrativos.

Para a contabilidade tradicional, o valor da empresa é medido pelo valor do patrimônio líquido. Padoveze (2013) exemplifica, na **Tabela 1**, em termos contábeis, o valor da empresa medido pelas práticas de contabilidade ortodoxa, que seria de \$6.097. Porém, remensurando todos os elementos patrimoniais a preços atuais de mercado, o valor das diferenças entre o valor de mercado e o valor contábil seria adicionado ao patrimônio líquido, na rubrica Lucros Acumulados, por diferença, contribuindo para que o valor da empresa, a preços de mercado, totalizasse \$11.700.

Tabela 1 - Valor contábil e de mercado

Balanço Patrimonial	Valor Contábil (\$)	Valor de Mercado (\$)	Critério Básico
ATIVO CIRCULANTE			
Disponibilidades	495	495	Não há ajuste estando os juros contabilizados adequadamente
Clientes	3.380	3.200	Ajuste a valor presente - dedução dos juros adicionados nas vendas a prazo
Estoques			
Materiais	1.864	3.000	Ajuste do custo médio ponderado para custo de reposição
Em Processo	799	1.600	Ajuste do custo médio de fabricação para custo de reposição

Balanco Patrimonial	Valor Contábil (\$)	Valor de Mercado (\$)	Critério Básico
Produtos Acabados	1.384	3.500	Ajuste do custo médio de fabricação para preço de venda realizável líquido
Impostos a recuperar	<u>500</u>	<u>470</u>	Desconto de juros pelo tempo provável de compensação ou restituição
Soma	8.422	12.265	
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
<i>Realizável a Longo Prazo</i>			
Instrumentos Financeiros	210	210	Não há ajuste, pois devem estar a valor justo (valor de mercado)
<i>Investimentos</i>			
Empresas coligadas e controladas	830	950	Avaliação da empresa ("Valuation") pelo fluxo de caixa descontado
<i>Imobilizado</i>			
Terrenos e Prédios	2.990	4.098	Valor justo (valor de mercado) superior ao valor contábil
Equipamentos, Móveis, Veículos	4.030	3.620	Valor justo (valor de mercado) superior ao valor contábil
(-) Depreciação Acumulada	-1.280	0	
<i>Intangível</i>			
Marcas e patentes	350	500	Valor justo (valor de mercado) superior ao valor contábil
(-) Amortização Acumulada	<u>-280</u>	<u>0</u>	
Soma	6.850	9.378	
ATIVO TOTAL	15.272	21.643	
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	838	810	Ajuste a valor presente - dedução dos juros adicionados nas compras a prazo
Tributos a recolher	499	499	Não há ajuste estando os juros e multas contabilizadas adequadamente
Salários e Encargos a pagar	400	400	Não há ajuste se as provisões de perdas prováveis estão contabilizadas
Outras Contas a Pagar	534	534	Não há ajuste estando os juros e multas contabilizadas adequadamente
Empréstimos e Financiamentos	<u>1.604</u>	<u>2.500</u>	Ajuste a valor justo de mercado, se existir
Soma	3.875	4.743	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	4.000	3.900	Ajuste a valor justo de mercado, se existir
Tributos Parcelados	<u>1.300</u>	<u>1.300</u>	Não há ajuste estando os juros e multas contabilizadas adequadamente

Balanco Patrimonial	Valor Contábil (\$)	Valor de Mercado (\$)	Critério Básico
Soma	5.300	5.200	
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital Social	4.000	4.000	Não há ajuste
Reservas	1.800	1.800	Não há ajuste
Lucros Acumulados	<u>297</u>	<u>5.900</u>	Valor de Mercado Residual obtido por diferença
Soma	6.097	11.700	VALOR DA EMPRESA
PASSIVO TOTAL	15.272	21.643	

Fonte: Baseado em Padoveze (2013)

3.1 Valor econômico

“Se os relatórios preparados pelos contadores reportassem o resultado econômico (e não contábil) dos empreendimentos, o processo de avaliação seria simples” (SHARPE, 1985, p.446). Nesse sentido:

[...] O valor contábil de uma empresa simplesmente não pode ser uma medida do seu valor de mercado, pois estes são determinados não pelo caixa desembolsado na aquisição dos ativos, mas pelo ingresso dos fluxos de caixa que subsequentemente se esperam que fluam dos seus ativos adquiridos [...] (STEWART III *et al.*, 2005, p.49).

Estas críticas poderiam ter sido evitadas e a contabilidade aperfeiçoada se as sugestões do Professor Schmalenbach, em 1920, tivessem sido concretizadas, mesmo que para isso fosse necessária à sua regulamentação. Para Schmalenbach as operações contábeis devem ser examinadas sob duplo aspecto: econômico e financeiro (HERMANN JUNIOR, 1996, p.125).

Em uma negociação de compra e venda de empresas, além do valor de mercado, os possíveis investidores têm que inferir o futuro da empresa. Nenhum investidor compra a empresa pelo seu passado; qualquer investidor compra a empresa pelo seu futuro, e, eventualmente, pelo seu valor presente (PADOVEZE, 2013).

3.2 Valor Futuro

Para Stewart III *et al.* (2005, p.49) “tanto o *Economic Value Added*

(EVA) quanto o *Market Value Added* (MVA) são as medidas de desempenho, menos sujeitas a tendências contábeis”, que possibilitam a mensuração do valor. Na ânsia de demonstrar a importância do Valor Econômico Agregado, “o equívoco mais comum centra-se na primazia dos resultados contábeis, principalmente a medida de lucro por ação, como determinante no valor das ações” (STEWART III *et al.*, 2005, p.35).

Contudo, muitos doutrinadores e economistas entendem que a metodologia mais utilizada para inferir o futuro da empresa em termos econômicos é o fluxo de caixa descontado. Projeta-se o fluxo de lucros para os próximos anos, transforma-o em fluxo de caixa, aplica-se a técnica do valor presente líquido, utilizando uma taxa de desconto (taxa de juros) que reflita o custo de capital dos investidores e trazendo esse fluxo a valor presente. O resultado será o valor da empresa (*valuation*) (PADOVEZE, 2013).

Para Padoveze (2013), este valor da empresa é denominado de valor econômico. A **Tabela 2** exemplifica de forma sintética da apuração do valor econômico da empresa. Considerando que os fluxos futuros de benefícios é o fluxo de caixa nominal da empresa, apurados para os próximos cinco anos. Estimou-se o valor residual em 70% do fluxo descontado do ano cinco, calculado em perpetuidade pelo custo de capital de 10% ao ano.

Tabela 2 - Cálculo do Valor Econômico da Empresa

Custo de Oportunidade de Capital		10,0% ao ano	
Valor residual		8.097.902	
Período considerado	Fluxo Futuro de Benefícios	Índice de Desconto	Valor Descontado
Ano 1	900.000	1,10000	818.182
Ano 2	1.150.000	1,21000	950.413
Ano 3	1.300.000	1,33100	976.709
Ano 4	1.650.000	1,46410	1.126.972
Ano 5	1.863.108	1,61051	1.156.843
Soma	6.863.108		5.029.120
Valor residual			8.097.902
Valor da empresa			13.127.022

Fonte: Baseado em Padoveze (2013)

Neste contexto, quando se apura o valor econômico da empresa e o confronta com o valor de mercado dos ativos e passivos avaliados individualmente, torna-se evidente a expectativa de resultado futuro.

[...] O *goodwill* representa um ativo intangível não identificado, produto da inclinação da organização em originar lucros adicionais aos resultados atuais. Pelas práticas contábeis brasileiras e internacionais, é proibido contabilizar o *goodwill* não adquirido, que é denominado de ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado internamente [...] (PADOVEZE, 2013, p.1).

A **Tabela 3** apresenta a apuração do *goodwill*:

Tabela 3 - Apuração do *Goodwill*

Apuração do <i>Goodwill</i>	
Valor Econômico da Empresa	13.127.022
(-) Valor de mercado	-11.700.000
<i>Goodwill</i>	1.427.022

Fonte: Baseado em Padoveze (2013)

O acerto ou desacerto da mensuração do *goodwil*, pela administração, deixara claro a eficácia da capacidade da cúpula em atingir os possíveis resultados futuros. Para eliminar as nuvens de incertezas da gestão dos negócios a presciência ilimitada seria indispensável, contudo, não é possível antever todos os eventos na sua totalidade.

4. A ESTRUTURA IDEAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Partindo da premissa que a contabilidade é a linguagem universal dos negócios, sugere-se que as estruturas conceituais teóricas das demonstrações contábeis adotem um modelo considerando o critério temporal de avaliação de empresa. Assim, o modelo atenderia às necessidades de todos os usuários da informação contábil. Afinal, o objetivo da Contabilidade consiste em “permitir a cada grupo principal de usuários, a avaliação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre as tendências futuras” (CVM, 1986).

“As estruturas conceituais e normas regulatórias são, em maior ou menor grau, amparadas em estruturas conceituais e modelos teóricos mais ou menos desenvolvidos” (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2015, p.14). A interface entre as informações contábeis, mercado de capitais, analistas financeiros e como os gerentes fazem escolhas permite maior acurácia na informação

contábil, uma vez que contribui para diminuir o distanciamento entre as decisões dos investidores e a teoria contábil, como apontado por Kaplan (KAPLAN, 2011)

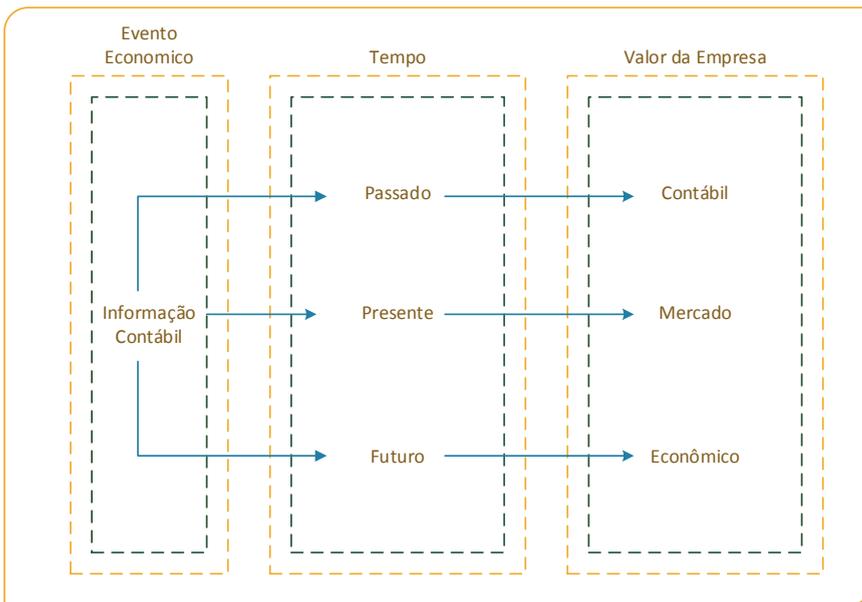
Para Martin (2012), não pode haver ciência sem um modelo adequado de percepção e representação da realidade. O modelo contábil, exclusivamente financeiro, está descolado do ambiente atual dos negócios e não mais consegue propiciar as informações necessárias para dar apoio à gestão das empresas.

4.1 A estrutura ideal para o Balanço Patrimonial

“Tomar o último balanço patrimonial publicado e sobre ele apoiar nossa análise é, no mínimo, uma atitude ingênua, porque ele reflete a situação financeira do empreendimento em determinado momento” (LEITE; SANVICENTE, 1990, p. 19).

Diante das constatações e premissas apresentadas, a informação contábil deveria ser mensurada e exibida respeitando, no mínimo, três momentos temporais distintos, conforme **Figura 1**:

Figura 1 - Valor da empresa no tempo



Fonte: Adaptado de Padoveze (2013)

As demonstrações financeiras passadas representam importante fonte para a projeção de demonstrações financeiras futuras. Conforme Ehrhardt e Brigham (2012), a projeção de vendas geralmente começa com uma análise detalhada das vendas passadas envolvendo os últimos 5-10 anos. Por outro lado, os autores demonstram que jamais um gerente sensato preveria uma continuação do crescimento de vendas obtido em períodos anteriores sem considerar as condições atuais nas economias nacional e global, os novos produtos da empresa e de seus concorrentes, programas de propaganda entre outros. Se a projeção de vendas não está precisa e a empresa não possui flexibilidade suficiente em seus planos, as consequências podem ser graves (EHRHARDT; BRIGHAM, 2012).

O valor das operações é o valor presente dos fluxos de caixa livre que se espera que a empresa gerasse no futuro (EHRHARDT; BRIGHAM, 2012). E complementa que a ênfase da contabilidade tradicional é o lucro líquido. No entanto, o valor intrínseco das operações de uma empresa é determinado pelos fluxos de caixa que as operações irão gerar agora e no futuro. Portanto, o valor das operações depende de todos os Fluxos de Caixa Livres futuros (FCL). “O caminho para os administradores tornarem as suas empresas mais valiosas é aumentar o fluxo de caixa livre para o futuro” (EHRHARDT; BRIGHAM, 2012, p. 59).

Portanto, identificar o valor econômico da empresa é essencial para que os administradores, e demais usuários das informações contábeis, possam tomar as melhores decisões.

[...] Há a colocação crítica de que o valor econômico é muito subjetivo. Não há dúvida disso. Contudo, as empresas são negociadas por esse critério, ou seja, o investidor, no momento mais importante de tomada de decisão, toma como referência o cálculo cheio de subjetividades. Mas assim é que os negócios são feitos. Por outro lado, o fato de a própria administração da empresa fazer a mensuração a preços de mercado, e, também, a mensuração do seu valor econômico, diminui bastante o grau de subjetividade, porque, sem dúvida nenhuma, quem mais dispõe de informações sobre a empresa é sua administração [...] (PADOVEZE, 2013, p.1).

Não pretende-se substituir a mensuração do lucro contábil nem o valor do patrimônio líquido pelas práticas de contabilidade. O conjunto de informações existentes nessas demonstrações é rica, de extrema relevância e validade. Apenas ressaltou-se a proposta das duas maneiras adicionais de avaliar um empreendimento, *mantendo a relevância decisória, própria da ciência contábil, a partir*

da flexibilização e extensão do modelo preexistente (grifo nosso).

Poderá ser argumentado que isso trará confusão para os interessados nas demonstrações contábeis. Esse não seria um entendimento correto, uma vez que as práticas contábeis hoje utilizadas são extremamente complexas, e as demonstrações contábeis hoje só conseguem ser analisadas adequadamente por quem tem um mínimo de conhecimento das regras contábeis.

Nesse sentido, o modelo proposto, na **Figura 1**, de mensuração do valor da empresa no tempo foi materializado no Balanço de Três Colunas apresentado na **Tabela 4**:

Tabela 4 - Balanço de Três Colunas

Balanço Patrimonial	Valor Contábil (\$)	Valor de Mercado (\$)	Valor Econômico (\$)
ATIVO CIRCULANTE			
Disponibilidades	495	495	495
Clientes	3.380	3.200	3.200
Estoques	4.047	8.100	8.100
Outros valores a realizar	500	470	<u>470</u>
Soma	8.422	12.265	12.265
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	210	210	210
Investimentos	830	950	950
Imobilizado	5.740	7.718	7.718
Intangível	70	500	500
Goodwill não adquirido	0	0	<u>1.427</u>
Soma	6.850	9.378	10.805
ATIVO TOTAL	15.272	21.643	23.070
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	838	810	810
Tributos a Recolher	499	499	499
Salários e Encargos a Pagar	400	400	400
Outras Contas a Pagar	534	534	534
Empréstimos e Financiamentos	1.604	2.500	<u>2.500</u>
Soma	3.875	4.743	4.743
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	4.000	3.900	3.900
Tributos Parcelados	1.300	1.300	<u>1.300</u>
Soma	5.300	5.200	5.200
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	4.000	4.000	4.000

Balço Patrimonial	Valor Contábil (\$)	Valor de Mercado (\$)	Valor Econômico (\$)
Reservas	1.800	1.800	1.800
Lucros Acumulados	297	5.900	7.327
Resultado Contábil	297	297	297
Resultado Adicional de mercado	0	5.603	5.603
Custo de Oportunidade de Capital	0	0	1.170
Resultado Adicional Econômico	0	0	257
VALOR DA EMPRESA	6.097	11.700	13.127
PASSIVO TOTAL	15.272	21.643	23.070

Fonte: Baseado em Padoveze (2013)

As contribuições e os aspectos técnicos atendidos pelos modelos foram dissecados nas **Tabelas 1, 2, 3 e 4**, e encontram-se comentados e sintetizadas no **Quadro 1**:

Quadro 1 - Valor da empresa, a proposta e contribuição do modelo

Valor da empresa	A proposta contempla	Contribuição do Modelo
Contábil	O sistema de medição dos resultados financeiros em uma organização, porém com a visão do passado da empresa, já que são registrados apenas os fatos ocorridos (ESCUDE <i>et al.</i> , 2007).	Evidencia o retorno do investimento considerando o custo histórico como base de valor e o lucro contábil a partir da mensuração das receitas e despesas.
Mercado	Ativos e Passivos atualizados individualmente a preços de mercado. No Patrimônio Líquido, é adicionado uma rubrica denominada de Resultado adicional de Mercado, para concluir as contrapartidas das diferenças de valor dos ativos e passivos em relação ao valor contábil (PADOVEZE, 2013).	Evidencia os ganhos patrimoniais além do lucro contábil
Econômico	Mantém ativos e passivos avaliados individualmente a preços de mercado e no ativo intangível adiciona-se a mensuração do goodwill não adquirido. No Patrimônio Líquido, desdobra-se o valor do goodwill entre o valor do custo de capital sobre o patrimônio líquido a preços de mercado. Inclui-se na mensuração do valor da empresa o conceito de EVA – <i>Economic Value Added</i> , recomendado por qualquer analista de investimento (PADOVEZE, 2013).	Evidencia a capacidade de geração futura de lucro do negócio

O valor contábil do Balanço Patrimonial, destacado no modelo proposto como valor histórico, recebeu importantes contribuições e influências dos pronunciamentos contábeis no quesito reconhecimento e avaliação na análise dos investimentos, do valor recuperável (de mercado e valor da geração de caixa futuros). No entanto, a metodologia proposta pelos respectivos atos normativos complexificam a usabilidade da contabilidade, principalmente por parte dos pequenos empreendimentos.

O valor da empresa está relacionado à sustentabilidade do lucro, logo, este deverá ser classificado como lucro contábil, de mercado e econômico. Para Padoveze (2013), o lucro contábil é decorrente das receitas e despesas realizadas no exercício passado:

$$\text{Lucro Contábil} = \text{Receitas} - \text{Despesas}$$

Já o lucro de mercado é o lucro contábil adicionado do valor adicional da avaliação a preços de mercado dos ativos e passivos, sobre o valor contábil:

$$\text{Lucro de Mercado} = \text{Lucro Contábil} + (\text{Valor de Mercado} - \text{Valor Contábil})$$

Logo, o lucro econômico é o lucro de mercado adicionado do *goodwill* gerado internamente menos o custo de capital utilizado para o desconto dos fluxos futuros aplicado sobre o patrimônio líquido inicial a preços de mercado.

$$\text{Lucro Econômico} = \text{Lucro de Mercado (+/-) Goodwill} - \text{Custo de Capital sobre o Patrimônio Líquido Inicial}$$

Nesse sentido, o autor sugere uma congruência dos três tipos de lucro:

Receitas (-) Despesas = Lucro Contábil (+) Excesso de valor de mercado sobre valor contábil = Lucro de Mercado (-) Custo de capital sobre o patrimônio líquido a preços de mercado (+/-) <i>Goodwill</i> gerado internamente = Lucro Econômico
--

A adoção deste modelo auxiliaria os mais diversos usuários da contabilidade na tomada de decisão e evitaria a seguinte crítica: “O Lucro

contábil leva a confusão e por isso deve ser abandonado como base para a tomada de decisões [...] e como base para a determinação de bonificações” (STEWART III *et al.*, 2005, p.45)

4.2 A Estrutura Ideal para a Demonstração do Resultado do Exercício

O mesmo modelo conceitual, considerando o critério temporal de avaliação de empresas, sugere a expansão da demonstração do resultado a preços de reposição todos os itens de despesa e receita constantes do valor contábil. A **Tabela 5** demonstra este modelo:

Tabela 5 – Demonstração de Resultados de 3 colunas

Demonstração do Resultado	Valor Contábil (\$)	Valor de Mercado (\$)	Valor Econômico (\$)
(+) Receita Operacional Líquida	50.000	51.000	51.000
(-) Custo das Vendas	-32.000	-32.640	-32.640
(=) Lucro Bruto	18.000	18.360	18.360
(-) Despesas Operacionais	-16.900	-17.238	-17.238
(=) Lucro Operacional	1.100	1.122	1.122
(-) Despesas Financeiras	-650	-650	-650
(=) Lucro Antes dos Impostos	450	472	472
(-) Impostos sobre o Lucro	-153	-160	-160
(=) Lucro Contábil após os impostos	297	312	312
Lucro Diferencial de Mercado	0	5.588	5.588
Goodwill Não Adquirido	0	0	1.427
(-) Custo de Oportunidade de Capital	0	0	-1.170
Lucro Líquido	297	5.900	6.157
	Contábil	de Mercado	Econômico

Fonte: Baseado em Padoveze (2013)

Nesse caso, o lucro contábil após os impostos passa de \$ 297 para \$ 312, uma diferença de \$ 15. Essa diferença, mais o lucro diferencial de mercado de \$ 5.588, resulta em \$ 5.603, que é o valor evidenciado no patrimônio líquido, na **Tabela 3**. Na coluna valor econômico, acrescenta-se o *goodwill* não adquirido pelo seu total, e em seguida, reduz-se o lucro do custo de oportunidade de capital, para fazer a congruência final entre os três critérios de mensuração.

5. DA EVOLUÇÃO NECESSÁRIA AO RETORNO AO BÁSICO

Martins (2012 p.9) expõe que “a pesquisa contábil brasileira tem apresentado algumas patologias: excesso de preocupação com os métodos, especialmente os quantitativos, replicações frequentes de pesquisas e distanciamento da prática, que têm levado a uma falta de utilidade das pesquisas realizadas”. “A busca pela pesquisa-sucesso perversamente pode prejudicar a geração de pesquisas inovadoras e memoráveis” (CHUA, 2011, p.27).

Nesse sentido, o modelo conceitual discutido neste ensaio acabaria com a crise existencial vivida pela contabilidade contemporânea, contribuiria com a evolução normativa necessária simplesmente retornando ao básico da ciência. A demanda informacional de todos os usuários da contabilidade seria atendida.

Sua regulamentação tornaria suas práticas mais usuais. “Os reguladores possuem a necessidade de dar informação para os usuários (investidores e credores), portanto, optam por criar um sistema contábil que seja voltado exclusivamente para esse objetivo” (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2015, p.14). O modelo aqui discutido demonstra a eficiência e eficácia da contabilidade quando utilizada em sua plenitude.

“As pesquisas podem (e por que não dizer, devem) estudar os efeitos das normas contábeis vigentes, buscar alternativas aos modelos regulatórios, demonstrar falhas e louvar acertos, enfim, almejar melhorias na própria prática diária” (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2015, p.14). Salienta-se que apesar do apelo pela normatização da proposta discutida neste ensaio, estas não podem continuar sendo prolixas e dificultando o exercício da contabilidade. Logo, estas deverão ser flexíveis a fim de propiciar melhorias na prática.

Muitas críticas com tom pejorativo ainda surgirão. Fiquem atentos: *estes críticos costumam beber na fonte da contabilidade* (grifo nosso). A contabilidade como um sistema normativo obrigatório deve ser seguido pelas empresas.

[...] Viu-se que a maior complexidade do ambiente empresarial traz maiores necessidades e exigências quanto ao gerenciamento, particularmente nos procedimentos de planejamento, execução e controle operacional. Ou seja, o processo de geração de informações gerenciais precisa estar apto a atender as demandas informacionais que viabilizem, para a empresa, a manutenção da competitividade no novo ambiente [...]

(SOUZA; LISBOA; ROCHA, 2003, P.41)

Assim, a seguir apresenta-se um sumário das principais contribuições deste estudo teórico.

O balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício podem contribuir de forma ainda mais relevante no propósito de subsidiar o processo de tomada de decisão e avaliação de empresa. Para tanto, deve-se centrar na evolução dos balizadores da ciência. Sintetizando, a empresa deve ser mensurada respeitando os três momentos temporais do valor: o valor contábil, o valor de mercado e o valor econômico.

Em termos de momento temporal, tem-se que:

- a) O valor contábil representa o passado da empresa;
- b) O valor de mercado representa o presente da empresa;
- c) O valor econômico representa o futuro da empresa.

O valor contábil é fundamental porque ele permite demonstrar o retorno do investimento considerando os custos de aquisição do investimento. O valor de mercado é necessário porque mostra os ganhos adicionais patrimoniais além do lucro contábil. O valor econômico é indispensável porque mostra a capacidade de geração de lucro do empreendimento.

Esta é uma proposta discutida dentro de um formato inicial, considerando a apresentação dos conceitos e entendimentos. Entende-se que com mais contribuições de pesquisadores e especialistas, ela poderá ser melhorada expressivamente, e, com isso, dar mais responsabilidade aos profissionais de contabilidade, ao mesmo tempo que faz a integração com o modo de pensar dos empresários e investidores. Todavia, deve-se reconhecer que para a implantação do modelo aqui discutido, um processo educacional, de reciclagem, para os próprios contadores seria necessário.

Uma melhor divulgação dos demonstrativos contábeis não somente ofereceria um antídoto para obsessão por lucros de curto prazo, mas também serviria para diminuir a incerteza para os investidores e o custo de capital, além de aumentar o preço da ação (RAPPAPORT, 2006).

“A contabilidade, como ciência, nasceu perfeita” (PADOVEZE, 2015). Seus instrumentos normativos balizadores é que necessitam de ajustes para atender a dinamicidade do mercado. Seus usuários necessitam conhecer melhor a sua integridade, bem como vantagens e particularidades.

[...] Nós, como pesquisadores, temos que mostrar que estamos aptos a investigar esse importante fenômeno social em suas inter-relações com o Direito, a Sociologia, a Psicologia, a Economia... Nossa preocupação fundamental, todavia, deve ser a informação contábil, a Contabilidade, enfim. E o que precisamos é, ao lado de continuar o trabalho empírico e levantar erros e acertos da Contabilidade normativa, aprender a desenvolver essa Contabilidade normativa com base em fundamentações mais sólidas a partir de pesquisas também

empíricas e não apenas do dedutivismo entre paredes. Mas precisamos lembrar que a Contabilidade é o nosso foco, o nosso objetivo, e os instrumentos de pesquisa, inclusive os quantitativos, são, para nós, instrumento, meio, e não fim [...] (LOPES; IUDÍCIBUS; MARTINS, 2008, p. 1).

As diferenças entre acadêmicos e práticos, administradores, economistas e contadores é neutralizada uma vez que estes não podem se distanciar, pois a simbiose é um mal necessário para o avanço dos negócios e a Teoria da Contabilidade se edificou sem nunca se alienar às outras teorias e ciências. Por isso, afirmou-se no título deste ensaio que o pluralismo da contabilidade é singular.

O retorno ao básico é necessário para atender os anseios dos seus usuários. Entretanto, isso não implica em uma estagnação contábil, desde que complementada com a evolução necessária com objetivo de atendimento do desenvolvimento do cenário empresarial. Uma contabilidade simples e clara, em constante evolução, quando executada em sua plenitude é o grande, se não o mais importante, instrumento de gestão empresarial. Desta maneira, o conjunto de demonstrações contábeis que contemple os efeitos da gestão do passado, as implicações dos ajustes dos ganhos do presente e a mensuração dos possíveis resultados futuros é imprescindível.

REFÊRENCIAS

BERNSTEIN, P. L.. **Desafio aos deuses**: a fascinante história do risco. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 389 p.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Deliberação nº 29**, de 05 de fevereiro de 1986. Aprova e referenda o pronunciamento do IBRACON sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0001/deli029.pdf>>. Acesso em abril de 2016.

CHUA, W. F.. In search of “successful” accounting research. **European Accounting Review**, v. 20, n. 1, p. 27-39, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09638180.2011.559033>> Acesso em dezembro de 2015.

DAMODARAN, A.. Value creation and enhancement: Back to the future. **NYU Working Paper** No. FIN-99-018. 1999. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1297053> Acesso em dezembro de 2015.

ESCUDE, S. A. *et al.*. Métodos e processos de avaliação da gestão do conhecimento e da aprendizagem organizacional. **RACRE-Revista de Administração**, v. 7, n. 11, 2007. Disponível em: <<http://ferramentas.unipinhal.edu.br/racre/viewarticle.php?id=48&locale=fr>> Acesso em janeiro de 2016.

EHRHARDT, M. C; BRIGHAM, E. F. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p.1144.

FAYOL, H.. **Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. 144p.

GLOVER, J.. Have Academic Accountants and Financial Accounting Standard Setter Traded Places. **Accounting, Economics and Law**, v. 4, nº 1, p. 17-26 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1515/ael-2014-0001>> Acesso em setembro de 2016.

HERMANN JUNIOR, F. **Contabilidade Superior: teoria econômica da contabilidade**. 11ª. Ed. São Paulo. Atlas, 1996. P. 262.

HOPP, J. C.; LEITE, H. de P. O crepúsculo do lucro contábil. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo , v. 28, n. 4, p. 55-63, Dec. 1988. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901988000400007&lng=en&nrm=iso>. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901988000400007>> Acesso em julho de 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. A.. Estudando e pesquisando teoria: o futuro chegou? **Revista Universo Contábil**, v. 11, nº 1, p. 6, 2015. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4772/2951>> Acesso em janeiro de 2016.

JOHNSON, H. T.; KAPLAN, R. S.. Relevance Lost. **Harvard Business School Press**, Boston, 1987, p. 262.

KAPLAN, R. S.. Accounting Scholarship that Advances Professional Knowledge and Practice. **The Accounting Review**, v. 86, nº 2, p. 367-383, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2308/accr.00000031>> Acesso em fevereiro de 2016.

KAPLAN, R. S.; COOPER, R.. **Custo e desempenho**. São Paulo: Futura, 1998. p. 376.

LEITE, H. de P.; SANVICENTE, A. Z.. Valor patrimonial: usos, abusos e conteúdo informacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo , v. 30, nº. 3, p. 17-31, Sept. 1990 . Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901990000300003&lng=en&nrm=iso>. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901990000300003>> Acesso em março de 2016.

LOPES, A. B.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.. Sobre a Necessidade de se Estudar Contabilidade e (e não ou) Finanças. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 47, p. 1-5, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-7072008000200001>> Acesso em setembro de 2015.

MACVE, R.. Trading Places: a UK (and IFRS) Comment. **Accounting, Economics and Law**, v. 4, nº 1, p. 27–40 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1515/ael-2013-0011>> Acesso em janeiro de 2016.

MARTIN, N. C.. Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 13, nº 28, p. 7-28, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v13n28/v13n28a01.pdf>> Acesso em julho de 2015.

MARTINS, E. A.. **Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica**. 2012. Tese (Doutorado). Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14022013-171839/pt-br.php>> Acesso em setembro de 2015.

MARTINS, E.. Inversão de papéis. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 25, nº 65, agosto 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772014000200002>> Acesso em janeiro de 2016.

MENEGHETTI, F. K.. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, nº 2, p. 320-332, Apr. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000200010&lng=en&nrm=iso>. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>> Acesso em abril de 2016.

PADOVEZE, C. L.. **Balanco de Três Colunas**. 2013. Disponível em: <http://www.essenciasobreaforma.com.br/colunistas_base.php?id=140> Acesso em novembro de 2015.

PADOVEZE, C. L.. **Apontamentos sobre contabilidade**. Disciplina: Controladoria Estratégica. Doutorado em Administração. Universidade Metodista de Piracicaba, set. 2015. Notas de Aula.

PEAVEY, D. E.. **It's time for a change**. *Management Accounting*, p.31-5, Feb. 1990.

PIGATTO, J. A. M.; LISBOA, L. P.. Evolução e atual estado da Contabilidade Alemã. **Caderno de Estudos**, n. 21, p. 01-20, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cest/n21/n21a04.pdf>> Acesso em setembro de 2015.

RAPPAPORT, A.. 10 Ways to create shareholder value. **Harvard Business Review On Point**; September, 2006. Disponível em <<https://hbr.org/2006/09/ten-ways-to-create-shareholder-value>> Acesso em abril de 2016

SHARPE, W. F.. **Investments**. 3ª. ed. Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 1985, p.446.

SOUZA, M. A. de; LISBOA, L. P.; ROCHA, W.. Práticas de contabilidade gerencial adotadas por subsidiárias brasileiras de empresas multinacionais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, nº 32, p. 40-57, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v14n32/v14n32a03.pdf>> Acesso em setembro de 2015.

STEWART III, G. B. *et al.*. **Em busca do valor: O guia de EVA para estrategistas**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 656p.

TURNEY, P. B. B.; ANDERSON, B.. Accounting for continuous improvement. *Massachusetts: Sloan Management Review*, v.30, nº 2, p.37-47, 1989. Disponível em: < <http://search.proquest>.

com/openview/9aa2ddaadf7eada66a679fe714068ea8/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=26142> Acesso em setembro de 2015.

ZEFF, S. A.. Some Historical Reflections on “Have Academic and the Standard Setters Traded Places?” **Accounting, Economics and Law**, 2014. Disponível em: < <http://www.degruyter.com/view/j/ael.ahead-of-print/ael-2013-0028/ael-2013-0028.xml> > Acesso em abril de 2016.